

## SAÚDE E EDUCAÇÃO: UMA INTERLOCUÇÃO NECESSÁRIA À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

*Emília Lucas Ribeiro\**

**RESUMO** — *Este artigo resulta da escuta de professores, sobre a necessidade de interlocução das áreas de saúde/educação, considerando o movimento pró-inclusão que ora vivenciamos. A investigação buscou responder as interrogantes: Quais os maiores desafios enfrentados pelos professores para o atendimento aos alunos com deficiência auditiva? Como o fonoaudiólogo pode contribuir para a inclusão desses alunos? Para responder tais questões, elegemos a pesquisa qualitativa, norteadas pelos objetivos: analisar a inclusão de alunos com deficiência auditiva; investigar as dificuldades vivenciadas pelos professores e as possíveis contribuições do fonoaudiólogo para superá-las. A partir da premissa de que o aluno, com deficiência auditiva, pode ter implicações na fala, compreensão, socialização, comunicação e interação com as pessoas, a orientação do fonoaudiólogo aos professores é fundamental.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Saúde. Inclusão. Deficiência auditiva.*

### INTRODUÇÃO

Pensar em educação e saúde, na contemporaneidade, pressupõe pensar em uma interface, devido ao forte movimento pró-inclusão que ora vivenciamos. É preciso que os direitos explicitados na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, ratificados pela Constituição Federal de 1988, deixem de ser uma abstração e passem a ser, de fato, assegurados a todos os cidadãos. Isso nos remete a conceber a saúde como qualidade de vida, em que estejam garantidos os princípios da

---

\*Mestranda em Educação (UFBA). E-mail: emiliafono@yahoo.com.br  
Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Educação (DEDU). Tel./Fax (75) 3161-8084 - Av. Transnordestina, S/N, Módulo IV - Novo Horizonte - Feira de Santana/BA – CEP 44036-900. E-mail: educacao.uefs@gmail.com

universalidade, equidade e integralidade, e que a saúde seja vista em uma abordagem mais ampla, ultrapassando o aspecto sanitário, devendo contemplar outras dimensões, como: educação, alimentação, renda, justiça social, lazer e outras.

Dentre os vários aspectos, destacaremos, neste artigo<sup>1</sup>, a relevância da articulação saúde e educação, tomando como viés a atuação do fonoaudiólogo e as possíveis contribuições para a inclusão escolar de alunos com deficiência auditiva. A deficiência auditiva é considerada um problema de saúde pública, pois de acordo com o boletim da Academia Americana de Audiologia (1994 apud ARAÚJO; ANDRADE, ALVES, 2006), uma em cada mil crianças nasce com surdez profunda e, duas, em mil, desenvolvem-na nos primeiros anos de idade; três em cada mil crianças apresentam algum grau de deficiência auditiva; e, quando analisada a população de alto risco, esse número se eleva de duas a quatro crianças em cem nascimentos.

É pertinente ressaltar que, no Brasil, há um aumento significativo do número de casos de deficiência auditiva adquirida por falta de atenção à saúde, principalmente, na prevenção de moléstias infecto-contagiosas.

Os dados anteriormente explicitados nos motivaram ao estudo dessa temática, por considerá-la de suma importância, tendo em vista que a educação inclusiva é o novo paradigma que passa a nortear o contexto educacional brasileiro, sobretudo, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), que preconiza o atendimento aos alunos com deficiência no ensino regular.

Assim, a realização dessa pesquisa justificou-se por ter procurado responder aos seguintes questionamentos: Quais os maiores desafios enfrentados pelos professores para o atendimento aos alunos com deficiência auditiva? Como o fonoaudiólogo pode contribuir para a inclusão de alunos com deficiência auditiva na escola regular? Para responder a tais questões, elegemos a pesquisa qualitativa, norteadas pelos

---

<sup>1</sup> O presente artigo é a sistematização dos resultados de uma pesquisa realizada, pela autora, em escolas públicas de Feira de Santana, em 2009.

seguintes objetivos: analisar a inclusão de alunos com deficiência auditiva; investigar as dificuldades vivenciadas pelos professores e as possíveis contribuições do fonoaudiólogo para superá-las.

A partir da premissa de que o aluno, devido à deficiência auditiva, pode ter também implicações na fala, na compreensão, na socialização, na comunicação e na interação com as pessoas, é de suma importância o papel do fonoaudiólogo, orientando os professores quanto às estratégias facilitadoras da comunicação, contribuindo, assim, para tornar a escola mais acolhedora das diferenças. Consideramos que a escolaridade “guetificada” é perniciosa para todos, tanto para as pessoas com deficiência auditiva como para a sociedade em geral.

Nesse panorama, consideramos que a inclusão é de responsabilidade coletiva, sendo indispensável que haja uma interlocução entre os profissionais da área de saúde e educação, buscando formar equipes multi/interdisciplinares. Dessa forma, o fonoaudiólogo poderá contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade da escola regular, oferecendo aos professores subsídios teóricos essenciais sobre a deficiência auditiva, sua incidência, tipos, graus, fatores de riscos, comprometimentos no desenvolvimento da linguagem e aprendizado, funcionamento do aparelho auditivo, dentre outros. Tais subsídios irão possibilitar uma intervenção pedagógica mais adequada.

## **APARCERIA FONOAUDIOLOGIA/EDUCAÇÃO: ELEMENTOS PARA O DEBATE**

As práticas isoladas tanto da saúde quanto da educação empobrecem as ações de ambas. Por isso, defendemos, aqui, essa interlocução, visto que a complexidade do mundo atual acaba por impactar, também, o contexto educacional. Essas mudanças paradigmáticas contemporâneas exigem posturas diferentes, interdisciplinares, para melhor responder as necessidades intersetoriais de saúde e educação.

Para desfazer os nós que impedem a articulação saúde/educação, é necessária uma sinergia coletiva para que possa-

mos atuar em equipes multi/interdisciplinares, embora essa tenha sido uma prática pouco comum a esses profissionais. Tradicionalmente, a área de saúde tem atuado sempre no intramuros de clínicas e consultórios, preocupando-se somente com informações técnicas e com a dimensão terapêutica, ignorando a dimensão pedagógica de sua atividade.

Nesse artigo, destacamos as possibilidades de ampliar o campo de ação do fonoaudiólogo em direção ao contexto escolar, firmando uma parceria que poderá contribuir para a inclusão de alunos com deficiência auditiva, colaborando com os professores das classes regulares, que atendem esses alunos. Com base na lei 6 965/81, artigo 1º, “fonoaudiólogo é o profissional com graduação plena que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como no aperfeiçoamento dos padrões de fala”. Assim, a própria lei já ressalta o caráter preventivo, avaliativo, na área da comunicação oral e escrita.

O fonoaudiólogo, ao adentrar a escola, pode atuar em caráter preventivo com a realização de triagens e orientações no caso de crianças que apresentam algumas dificuldades, que não justificam encaminhamentos, mas precisam de atenção especial em casa e na escola. Também pode realizar palestras para pais e professores; participar do planejamento; fazer o levantamento das dificuldades de leitura e escrita, saúde vocal dos professores; esclarecer a pais e professores sobre aspectos de um desenvolvimento normal, sensibilizando-os e orientando-os para estimular o processamento auditivo, a linguagem e a produção fonoarticulatória.

Quanto aos alunos, podem ser realizadas triagem fonoaudiológica, que compreendem emissão e recepção oral, voz, respiração, órgãos fonoarticulatórios e processamento auditivo, bem como, o encaminhamento dos alunos com alteração para a reavaliação clínica e acompanhamento fonoaudiológico. Assim, consideramos também que é importante esclarecer e orientar os professores para que tenham conhecimento do que seja a deficiência auditiva, porque para o senso comum, a deficiência auditiva é apenas a surdez profunda. Sobre isso, Freeman et al. (1999, s/p) explica que:

“Surda” é uma pessoa cuja audição esteja prejudicada a ponto de impedir a compreensão da fala através do ouvido, com ou sem o uso de aparelho auditivo. Uma pessoa deficiente auditiva é aquela cuja audição esteja prejudicada a ponto de dificultar, mas não impedir a compreensão da fala através do ouvido apenas, com ou sem uso de aparelho auditivo.

Esses esclarecimentos são imprescindíveis, pois muitos alunos são rotulados pelos professores, como: desatentos, desinteressados, preguiçosos, com déficit de atenção e, tantos outros adjetivos, porque, pelo fato de não entenderem bem o que é falado na sala, podem dar respostas que não correspondem ao que foi perguntado, causando, muitas vezes, irritação ao professor, por inferir que o aluno está procurando fazer graça; ou, ainda, pedir sempre para que o professor repita o que foi dito.

Diante disso, é mais do que necessário, que os professores tenham clareza de que a deficiência auditiva consiste em um impedimento da capacidade de detectar a energia sonora, podendo ser classificada em leve, moderada, severa e profunda, de acordo com a localização no sistema auditivo, grau, acometimento unilateral ou bilateral, e o momento em que ocorre a perda da audição, manifestações em termos de emissão e recepção. .

Face ao exposto, é fundante que o professor saiba que mesmo quando ocorre uma perda leve (de 26 a 40 dB), o aluno pode apresentar dificuldades no rendimento escolar; na compreensão de uma conversa em ambiente com ruído, na leitura e na escrita; na compreensão da fala a distância ou se a fonte sonora for de baixa intensidade; e nas trocas fonêmicas. Porém, alguns podem desenvolver a fala normalmente.

Na perda moderada (41 a 55 dB), há dificuldades para compreender a fala em intensidade normal, tanto em ambiente silencioso quanto em ambiente com ruído, e pode apresentar distúrbios articulatórios. Na moderada a severa (56 a 70 dB), ele escuta o que é dito em alta intensidade e pode apresentar alterações articulatórias, falando, muitas vezes, de forma ininteligível;

Quanto à perda severa (71 a 90 dB), o aluno geralmente tem dificuldade para entender a fala, apresentando atraso significativo da mesma; podendo compreender o que foi dito através de pistas visuais, compensando assim a dificuldade auditiva. Na perda profunda (acima de 90 dB), apresenta dificuldade para ouvir a fala mesmo em alta intensidade, é possível a compensação da perda auditiva com o uso de pista visual, podendo apresentar algumas vocalizações.

Tais conhecimentos ganham relevância, no contexto atual, tendo em vista a inclusão escolar. Frente a isso, faz-se necessária a articulação de profissionais de várias áreas, no sentido de propiciar um melhor atendimento aos alunos com deficiência auditiva. Como afirma Bevilacqua e Formigoni (2003, p. 76 – 77)

[...] procurar facilitar seu processo educacional é dever de todos nós, educadores, governo, especialista e pais. Porém, a falta de formação adequada do professor e a falta de clareza do especialista, associada a outros fatores, têm ocasionado inúmeros desencontros. A criança portadora de deficiência auditiva precisa ser vista em sua totalidade. É importante que se olhe com atenção e se perceba a forma como ela se apresenta no seu contexto familiar e escolar.

Desse modo, a tríade família, escola e fonoaudiólogo atuando em equipe, é de grande importância para o bom desenvolvimento do aluno com deficiência auditiva. Por isso, é fundamental que o fonoaudiólogo desenvolva um trabalho sistemático com pais e professores, no sentido de orientá-los sobre como atuar com a criança, visando minimizar as dificuldades que o déficit auditivo provoca. Bevilacqua, (apud SEBASTIÃO; 2001; p.93) dá uma importante contribuição quando afirma que:

[...] uma das relações da audiolgia com a educação [...] é trazer subsídios ao professor e aos educadores de uma maneira geral para considerar que em suas classes podem existir crianças com

uma perda auditiva condutiva ou com perda auditiva neurosensorial leve, ou moderada, ou com alterações perceptivas auditivas, e esses problemas muitas vezes não são detectados, levando até algumas crianças a abandonarem a escola.

No quadro dessas reflexões, podemos afirmar que é relevante o trabalho do fonoaudiólogo, no sentido de contribuir para a construção de conhecimentos/informações imprescindíveis para que o professor possa fazer uma adequada mediação da aprendizagem, principalmente, no atendimento voltado para os alunos com deficiência auditiva, visto que o processo de inclusão dos mesmos, ainda é um fato pouco comum. Além disso, quando essa inclusão acontece, os alunos surdos enfrentam inúmeras dificuldades.

Sobre isso, Lacerda (2006) relata algumas experiências de inclusão de alunos surdos em salas regulares, apontando as dificuldades vivenciadas por esses alunos, no que se refere a inacessibilidade à comunicação, já que para isso se faz necessária uma boa amplificação sonora, tradução simultânea, apoio de intérprete, os quais nem sempre são suficientes para tornar acessíveis os conteúdos trabalhados em sala de aula. Isso ocasiona, muitas vezes, privação de algumas atividades desenvolvidas no âmbito escolar. Ademais, as escolas ainda não oportunizam uma educação bilíngue, que contemple a LIBRAS como primeira língua e a língua portuguesa como a segunda.

É sabido que, no Brasil, a educação de alunos surdos foi, durante muito tempo, caracterizada pela modalidade segregativa e assistencialista. Uma retrospectiva histórica sobre a educação, desses alunos, evidencia a existência de registros a partir de 1855, quando aqui chegou o professor surdo francês Hernet Huet, trazido pelo imperador D. Pedro II, para iniciar um trabalho de educação de duas crianças surdas. Após dois anos, já em 1857, foi fundado o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atualmente denominado Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), que utilizava a língua de sinais (GOLDFELD, 2002).

No século XX, em 1911, o INES determinou o Oralismo puro em todas as disciplinas, devido a uma tendência verificada no cenário mundial. No entanto, a língua de sinais sobreviveu até 1957, quando teve seu uso oficialmente proibido em sala de aula. Essa situação permaneceu até o fim da década de 1970, quando chegou ao Brasil a comunicação total, influenciada pela educadora de surdos, Ivete Vasconcelos, da Universidade de Gallaudet. (GOLDFELD, 2002).

A partir da década de 80, começa no Brasil o bilinguismo. Essa proposta, segundo Goldfeld (2002, p. 38), “tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país”

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), assim como as outras línguas de sinais de outros países, não é apenas uma coleção de sinais. Ela apresenta organização dos itens lexicais, estrutura formal, gramatical, própria, não dispõe de sinais para artigos e para a maior parte das conjunções e preposições do português, porém, é tão eficaz quanto a língua oral.

Destacamos que, no decorrer da história da educação de surdos, vários métodos de trabalho têm sido propostos. Com base em concepções sociológicas, filosóficas e políticas mais recentes, vem ganhando força no Brasil, nas últimas décadas, a proposta bilíngue. De acordo com Kozlowski (1998, p.47).

[...] a proposta bilíngüe não privilegia uma língua, mas quer dar direito e condições ao individuo surdo de poder utilizar duas línguas; portanto, não se trata de negação, mas de respeito; o individuo escolherá a língua que irá utilizar em cada situação lingüística em que se encontrar. Esta proposta leva em consideração as características dos próprios surdos, incluindo a opinião dos surdos adultos com relação ao processo educacional da criança surda.

Sendo assim, em uma perspectiva bilíngue, a pessoa surda não é vista como deficiente, mas apenas diferente, com possibilidade de desenvolver suas potencialidades, desde que

seus direitos linguísticos sejam respeitados. Por conta disso, esta é a proposta mais aceita na contemporaneidade, porque não é restritiva como a posição oralista, que define e aceita a linguagem oral como única e exclusiva; treinando a criança com deficiência para desenvolver seus resíduos auditivos e para o aprendizado da leitura labial, encorajando-a a usar a fala para se comunicar.

Na contemporaneidade, verificamos avanços no que se refere aos direitos das pessoas de estarem na escola que desejam, quer seja especial ou regular. No caso dos alunos com necessidades educativas especiais, os dados são imprecisos. De acordo com o MEC (BRASIL, 2004 apud DUBOC, 2004), existem cerca de seis milhões em idade escolar, mas somente cinquenta e cinco mil têm atendimento. Dentre estes, 31825 são surdos, encontrando-se matriculados no Ensino Fundamental, porém, apenas 899 chegam ao ensino médio. Isso significa dizer que uma grande parcela se encontra alijada da escolarização

Com base nessas reflexões, buscamos, então, a inclusão - aqui entendida, como um processo de inserção completo, sistemático e bilateral em que tanto a escola quanto o aluno se preparam para isso - no entanto, para que ela realmente se efetive é necessária uma mudança significativa na escola, porque como afirma Mantoan, (1997, p. 120).

[...] a inclusão é, pois, um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico.

No sentido de contribuir para uma atuação de melhor qualidade da escola, visando um bom atendimento aos alunos com deficiência auditiva, faz-se necessária a parceria entre professores, psicopedagogos, psicólogos e fonoaudiólogos, formando, assim, uma equipe multi e interdisciplinar. Dessa forma, a presença do fonoaudiólogo na escola assume uma significativa importância.

Diante disso, observamos que, nos últimos anos, houve um crescimento do número de fonoaudiólogos atuando em instituições educacionais, bem como o aumento da literatura nacional sobre isso. De acordo com Ferreira (1991), a inserção do fonoaudiólogo na escola iniciou-se na década de 70, mas foi principalmente na década de 80 que houve mudanças acentuadas nas práticas fonoaudiológicas na educação, em virtude das mudanças ocorridas no contexto sóciopolítico nacional.

## **OS CAMINHOS DA PESQUISA**

Para a realização da pesquisa e com vistas ao alcance dos objetivos propostos, elegemos a pesquisa qualitativa, por possibilitar uma coleta ampla de informações e porque as suas características contemplam os requisitos necessários ao presente estudo, a saber: tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; os dados coletados são predominantemente descritivos; a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; o significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida é foco de atenção especial pelo pesquisador; a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. (BOGDAN e BIKLEN, apud LUDKE; ANDRÉ, 1986)

Os sujeitos da pesquisa foram 20 professores do ensino fundamental, da rede pública de Feira de Santana, regentes de classes onde há inserção de alunos com deficiência auditiva.

Para a coleta de dados, utilizamos os seguintes dispositivos: observações sistemáticas e entrevista semi-estruturada. A observação direta foi de fundamental importância, porque nos permitiu chegar mais perto da perspectiva dos sujeitos. Esta foi direcionada a avaliação do espaço físico, no que se refere às questões voltadas para acústica, bem como para as estratégias didáticas utilizadas pelos professores para lidar com os alunos com deficiência auditiva. Os dados obtidos nessas observações foram confrontados com os dados obtidos nas entrevistas.

A entrevista foi semi-estruturada, flexível, individual, dirigida aos professores, compreendendo 14 perguntas relacionadas ao fenômeno estudado. Durante a realização das mesmas, procuramos garantir um clima de confiança para que o informante ficasse, à vontade, para se expressar livremente.

Para a análise dos dados obtidos, foram feitos: triagem, cômputo e o ordenamento dos dados levantados e uma análise preliminar das respostas. Além disso, foram realizadas operações estatísticas simples como porcentagens, gráficos; a caracterização descritiva da amostra e a análise interpretativa, agrupando as respostas em categorias.

As entrevistas foram editadas e trabalhadas a partir das seguintes categorias: posicionamento dos professores frente à inclusão de alunos com deficiência auditiva; formação do professor para atuação em classes com alunos com DA; dificuldades do professor de classes inclusivas; parceria saúde educação no contexto escolar.

## **DESVELANDO A REALIDADE/DIFICULDADES DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

Em relação ao posicionamento dos professores frente à inclusão de alunos com deficiência auditiva, a maioria (80%) afirmou ser a favor da inclusão. Entretanto, no decorrer da entrevista e das observações, foi possível observar que o discurso não era coerente com a prática. Alguns depoimentos ratificam esta afirmação:

chego a esquecer que tenho esses alunos na sala, porque deixo a responsabilidade com o intérprete, pois não sei me comunicar com eles. Na verdade não existe inclusão nenhuma, pois os professores não são capacitados e muitos dos colegas também não conseguem se comunicar com eles. (professor A).

Quanto à formação do professor, ficou evidente que a maioria dos professores não está preparada para a prática

docente com esses alunos. Dentre os entrevistados, 70% nunca tinham participado de nenhum curso, visando à inclusão de alunos com deficiência auditiva; enquanto que 30% dos professores fizeram apenas cursos de curta duração. Por conta disso, não se consideravam devidamente preparados. Todos afirmaram não ter as noções básicas sobre deficiência auditiva e, também, desconheciam as estratégias facilitadoras da comunicação.

Muitas foram as dificuldades apontadas pelos professores, devido, principalmente, a falta de intérpretes de LIBRAS. É importante ressaltar que só na escola de grande porte havia intérprete, mesmo assim, não na quantidade adequada, conforme expressam os profissionais entrevistados. Na perspectiva desses professores, os maiores entraves para uma prática inclusiva são: número insuficiente de intérpretes e dependência dos alunos em relação a estes; falta de preparo técnico dos professores; dificuldades de integração entre alunos ouvintes e alunos com DA, dificuldades na comunicação, diferenças na estrutura lingüística da LIBRAS em relação a Língua Portuguesa.

No que se reporta a categoria “parceria saúde e educação no contexto escolar”, todos os professores (100%) apontaram como um grande obstáculo, a falta de profissionais especializados como: fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, médicos, implicando em falta de diagnóstico ou diagnóstico tardio, podendo gerar outros problemas, pela falta de orientações em relação ao atendimento e a prevenção de dificuldades. Segundo os relatos, a parceria educação e saúde é inexistente, resumindo-se a encaminhamentos pontuais de ambas as partes.

É interessante destacar que, embora tenham citado a ausência do fonoaudiólogo como um entrave à inclusão, constatamos que há desconhecimento, dos vários segmentos da escola, no que diz respeito ao papel desse profissional, bem como as possíveis contribuições que esses podem dar para o processo de inclusão de alunos com DA. Para a maioria, o fonoaudiólogo é o profissional que trata de gagueira e problemas da fala. Há, portanto, uma idéia reducionista da função do fonoaudiólogo no contexto escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, buscamos evidenciar as dificuldades que interferem no processo de inclusão de alunos com DA, bem como a importância da interlocução saúde/educação, tomando como recorte a atuação do fonoaudiólogo e, como tal interlocução poderia contribuir para sanar ou minimizar essas dificuldades.

A pesquisa de campo permitiu desvendar entraves, contradições e implicações para a inclusão desses alunos. Constatamos que as escolas ainda estão despreparadas para isso. Nas escolas pesquisadas não têm salas de recursos, serviços de apoio fixo e centro de atendimento especializado, os quais poderiam dar uma efetiva contribuição para o processo de inclusão. Além disso, os professores não estão devidamente preparados para o trabalho com alunos com DA, uma vez que apenas 30% desses participaram de curso de pequena duração. Nessas unidades de ensino, faltam intérpretes de LIBRAS, o que dificulta a comunicação professor/aluno, comprometendo a qualidade do processo de ensino aprendizagem. Em acréscimo, vale ressaltar que, no decorrer da investigação comprovamos que os professores têm uma idéia bastante reducionista e/ou equivocada sobre a atuação e atribuições do fonoaudiólogo.

Observamos, ainda, que os estereótipos e preconceitos ainda estão muito presentes no ambiente escolar, embora os professores e alunos comuns tentem mascará-los. Há um descrédito, por parte da maioria dos professores, quanto às possibilidades de aprendizagem dos alunos com DA. Essas idéias preconcebidas afetam a autoestima e a aprendizagem desses alunos.

Ratificamos também que os professores desconhecem as características dos vários graus de deficiência auditiva (leve, moderada, severa, profunda), e das manifestações em termos de emissão e recepção, bem como das implicações advindas disso, podendo trazer implicações para a mediação. É conveniente destacar que, nesse aspecto, o fonoaudiólogo pode dar uma acentuada ajuda, minimizando assim os efeitos ocasionados pela deficiência auditiva no processo de aprendizagem

Portanto, para a reversão desse quadro, é necessário implantar e implementar diversas ações articulando saúde e educação. Destacamos aqui a relevância do fonoaudiólogo, por ter sido objeto desse estudo, e não por desconsiderar a importância dos demais profissionais. Acreditamos que esse profissional poderá desenvolver um trabalho preventivo e de orientação sistemática para professores e pais, muitas vezes com ações simples, de baixo investimento, mas eficientes, tais como: posicionar o aluno em local favorável, evitando que o ruído externo prejudique sua audição; falar de frente ao aluno facilitando a leitura orofacial; falar com voz clara, mais devagar do que o normal; não usar articulação exagerada; priorizar atividades ilustradas ou concretas; oferecer pistas táteis ou visuais para melhor compreensão; utilizar recursos de informática para favorecer a aprendizagem; revisar o aparelho auditivo no início de cada aula para verificar se está ligado, posicionado corretamente, dentre outras.

Reafirmamos que a deficiência auditiva constitui-se em um problema de saúde pública, não só pela sua alta incidência, mas também pelos prejuízos educacionais, sociais, psíquicos e linguísticos que podem ocasionar. No Brasil, a deficiência auditiva tem sido diagnosticada tardiamente, impossibilitando uma intervenção precoce e, conseqüentemente, um melhor prognóstico. Portanto, se faz necessário que os profissionais, tanto da saúde quanto da educação, estejam sempre atentos para a identificação precoce dessas perdas, possibilitando uma melhoria na qualidade de vida dessas pessoas e a chance de terem acesso à educação, cultura, lazer e, posteriormente, inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, defendemos uma atuação conjunta dos profissionais, baseada na interdisciplinaridade entre os serviços das áreas de educação e de saúde, através de uma parceria entre fonoaudiólogos/educadores, contribuindo para que a escola possa ampliar as possibilidades para responder, de forma mais competente, as necessidades dos alunos com deficiência auditiva, na escola regular. Embora reconheçamos as dificuldades que possam permear essa interlocução, acreditamos que é possível, inclusive, desenvolver pesquisas e

trabalhos colaborativos, propiciando o crescimento qualitativo de ambas as áreas.

## HEALTH AND EDUCATION: A NECESSARY DIALOGUE FOR INCLUSION OF STUDENTS WITH HEARING DISABILITIES

**ABSTRACT** — *This paper results from some hearing process by professional educators on the necessity of a dialogue between the areas of health and education, especially considering the pro-inclusion movement that we have been experiencing in recent decades. The investigation sought to answer the following questions: What are the biggest challenges faced by teachers who have students with hearing impairment? How can the speech therapist contribute to the inclusion of students with hearing disabilities in regular schools? To answer these questions, we have chosen the qualitative research. The research was guided with the following objectives: to analyze the educational inclusion of students with hearing impairment and to investigate the difficulties experienced by teachers as well as the possible contributions by speech therapist. From the premise that the student with hearing loss, may also have implications on speech, understanding, socialization, communication and interaction with people, it is really relevant the role of speech therapy, guiding teachers.*

**KEY WORDS:** *Health. Inclusion. Hearing loss.*

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, F. C. M.; ANDRADE, W.T.L.; ALVES, A. J. Surdez infantil. In: ROCKLAND, A.; BORBA, J. (Org.). **Primeiros passos na fonoaudiologia**. São José dos Campos: Pulso, 2006. Cap. 1.

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, UNESCO, 1998.

BEVILACQUA, M. C.; FORMIGONI, G. M. P. **Audiologia educacional: uma opção terapêutica para a criança deficiente auditiva**. 3 ed. Barueri: Pró Fono, 2003.

BRASIL. **Constituição 1988**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris LTDA, 1998.

*Sitientibus*, Feira de Santana, n. 44, p. 129-144, jan./jun. 2011

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 6.965/81**. Brasília, 1981.

DUBOC, M.J.O. A Formação de Professores e a Inclusão Educativa: uma reflexão centrada no aluno surdo. **Revista Sitientibus**, Feira de Santana: NBEU/ABEC, n. 31, p.119-130, 2004.

FERREIRA, L. P. (Org.). **O fonoaudiólogo e a escola**. São Paulo: Summus, 1991.

FREEMAN, R.;D; CARBIN, C. F; BOESE, R.J. **Seu filho não escuta? Um guia para todos que lidam com crianças surdas**. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

GOLDFELD, M. **A criança surda linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2. ed. São Paulo:Plexus, 2002.

KOZLOWSKI, L. **A proposta bilíngüe de educação do surdo**. Revista Espaço. Rio de Janeiro, nº 10. p. 47-53, dez; 1998.

LACERDA, C.B.F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **CADERNOS Cedex**. Campinas (SP), v. 26, n. 69, p. 163-184, mai./ago. 2006.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Educação de deficientes mentais: o itinerário de uma experiência**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

SACALOSKI, M.; ALAVARSI, E.; GUERRA, G. R. **Fonoaudiologia escolar**. São Paulo: Lovise, 2000.

SEBASTIÃO, L. T. Escolas de educação infantil: uma proposta de atuação educativa com professores, com enfoque na audição. In:GIROTO, C. R. M. (Org.). **Perspectivas atuais da fonoaudiologia na escola**. São Paulo: Plexus, 2001. Cap.6.

*Recebido em: 23/10/2011*

*Aprovado em: 02/11/2011*